

EDIÇÃO ESPECIAL - JANEIRO DE 2018

Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO



Foto: Ricardo Stuckert

Eleição sem Lula é fraude

O Brasil se vê diante de mais uma etapa do golpe contra a democracia. O plano, conduzido pela Globo, é usar setores do sistema judicial para condenar Lula, sem crime e sem provas, e impedir que ele seja candidato e seja eleito presidente pelo povo brasileiro

MÍDIA GOLPISTA

Globo comanda julgamento de Lula

» Emissora é uma das principais articuladoras do golpe e manipula a opinião pública para pressionar pela condenação do ex-presidente. **PÁG. 10**

ENTREVISTA COM REQUIÃO

“O que está em jogo é a democracia”

» Senador comenta julgamento de Lula em Porto Alegre e alerta que desvios da Lava Jato dão cobertura para entrega do país. **PÁG. 3**

ENTENDA

Tira dúvidas sobre o caso Lula

» Conheça as ilegalidades do processo, o que será julgado no TRF4 e como a decisão pode afetar as eleições. **PÁG. 4**

EDITORIAL

Lula em 2018

Em agosto de 2007, no início do julgamento da Ação Penal (AP) 470 — o “mensalão do PT” —, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski denunciou que o órgão estava julgando com uma faca no pescoço. Foi ainda mais enfático: “a imprensa acuou o Supremo”.

Como, ao final do julgamento, nenhum juiz teve a jugular cortada, resta-nos a conclusão óbvia que o resultado atendeu os interesses da mão criminosa que segurava a faca.

O STF, para condenar sem provas, não hesitou em se expor ao ridículo ao dar credibilidade às bizarras afirmações, tais como: “Não tenho provas contra Dirceu, mas vou condená-lo porque a literatura assim me permite” (ministra Rosa Weber).

Nesse julgamento, foram chocados os ovos da serpente, o aca-

Apequenou-se o STF!

salamento da grande mídia com setores do Judiciário e do Ministério Público. A maioria dos ministros do STF, em conluio com a Rede Globo, fez desse julgamento um espetáculo político e midiático.

Exitosas com a AP 470, as forças reacionárias e inimigas da democracia se sentiram aptas a dar o segundo passo: promover um golpe de Estado. Saiu de cena a AP 470 e entrou a Operação Lava Jato, liderada pelo juiz Sérgio Moro.

Afastaram do Poder Executivo a presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff, para colocar em seu lugar uma quadrilha de ladrões; acabar com os direitos sociais e trabalhistas; entregar as reservas do pré-sal e as empresas nacionais e estatais ao capital interna-

cional; e subordinar nossa política externa aos interesses do governo dos Estados Unidos.

Toda essa política de terra arrasada exige uma terceira agressão ao Estado de Direito e à Constituição Federal: condenar, mesmo sem provas, Lula e impedir que ele vença as eleições de 2018.

Para o golpe ter êxito, era necessário o apoio da população, tarefa que coube à Globo e à mídia a ela subordinada.

Nenhum tucano sentou no banco dos réus no tribunal do juiz Moro. Nenhuma acusação contra a Globo foi feita, mesmo envolvida em casos de corrupção e de sonegação de impostos.

Moro não conhece limites para perseguir petistas e, principalmente, na sua cruzada para condenar Lula. Depois de anos de investigações, não conseguiu apresentar uma única prova da culpabilidade do réu. Ainda mais, desconsiderou, sistematicamente, todas as provas que atestam a inocência de Lula.

Engana-se o Judiciário se imagi-

na que o povo não irá reagir ao sequestro da política e ao ataque à democracia que ele vem promovendo.

Haverá a reação popular e a primeira vitória será assegurar o direito de Lula ser candidato à Presidência da República em 2018.

Moro não conhece limites para a perseguição

Depois, teremos a batalha de promover um plebiscito para o povo decidir sobre todas as medidas adotadas pela quadrilha que hoje está na Presidência.

Por fim, haverá a necessidade de reconstruir esse país sob os alicerces de uma nova Constituição Federal, democratização da mídia, da distribuição da riqueza e da renda produzida, e de uma política externa soberana, solidária e integrada à luta dos povos do hemisfério sul.

#FraseDestaque

“Não é uma questão de proteger Lula e a candidatura dele, e sim de proteger a democracia.”

Eugênio Aragão, ex-ministro de Justiça

#NasRedes



Emir Sader
@emirsader

O revisor do processo do Lula leu 250 mil páginas em 6 dias. Isto é, ele leu 2 mil páginas por hora, sem dormir, durante 6 dias.

5:09 PM · 17 dez 17

#NasUrnas

Lula ganha em todos os cenários de intenção de votos

1º Turno

38%
na menção espontânea

45%

Na disputa com Bolsonaro, Marina, Alckmin e Ciro

2º Turno

50%
contra Marina Silva

50%
contra Geraldo Alckmin

49%
contra Jair Bolsonaro

Fonte: Vox Populi/Dezembro

Brasil de Fato

Esta é uma edição especial, produzida em parceria com a Frente Brasil Popular e a Frente Brasil de Juristas pela Democracia, com circulação nacional e gratuita, em janeiro de 2018 |

Jornalismo: Cristiane Sampaio, Júlia Dolce e Rafael Tatemoto | **Edição:** Beatriz Pasqualino e Vivian Fernandes | **Jornalista responsável:** Vivian Fernandes (MTB 14.245/MG) |

Artes e diagramação: José Bruno Lima e Wilcker Moraes

Julgamento de Lula: “O que está em jogo é a democracia”, diz Requião

Em entrevista, o senador Roberto Requião (MDB-PR) ataca o que chama de “desvios da Lava Jato” e defende Lula como a única figura política capaz de estancar o “processo entreguista” vivido pelo país. Confira os principais trechos.

CRISTIANE SAMPAIO
DE BRASÍLIA (DF)

O senhor lançou uma campanha internacional por eleições livres e justas em 2018, o que toca diretamente o debate em torno da possível candidatura de Lula. Por que internacionalizar essa luta?

Porque o que está em jogo no Brasil é a democracia. A precarização da democracia brasileira prejudica a democracia no mundo. Nós não estamos tratando apenas da candidatura do Lula e do direito do povo brasileiro de escolher o seu destino econômico, social, político, administrativo e o presidente da República. Estamos tratando da precarização do processo democrático por conta dos interesses e do domínio do capital financeiro no mundo.

Falando sobre a Lava Jato, no início dos trabalhos, o senhor foi um dos parlamentares que fizeram a defesa da operação e hoje é um dos grandes críticos dela. Em que momento ela passou a lhe causar desconfiância e caiu em descrédito?

Vou mudar uma ordem na sua pergunta: eu não sou crítico da Lava Jato, sou crítico dos desvios da Lava Jato e da sistemática direção em determinado foco. Eu não diria a você que a Lava Jato não revelou crimes financeiros que precisavam ser revelados, mas ela passou a se dirigir para setores da política brasileira e do empresariado que defendiam interesses nacionais, e



Beto Barata / Agência Senado

“A Lava Jato está dando cobertura para a entrega do país

acaba servindo de biombo para todo um processo de desnacionalização do país.

A Lava Jato despense homens, horas, milhões de reais para saber como é que a Marisa [Marisa Letícia, última esposa de Lula] comprou dois pedalinhos, que devem ter custado uma ninharia. Depois ela faz a mesma coisa, com despesas ainda maiores, para saber se os empreiteiros quiseram doar um apartamento, que acabaram não doando, por uma série de razões – uma delas é que o Lula não aceitou

–, mas não toma nenhuma iniciativa quando o governo, numa medida provisória, doa o pré-sal para empresas estrangeiras.

Essa investigação da Lava Jato está dando cobertura para a entrega do país.

Sobre a mobilização em torno do julgamento em 24 de janeiro, o senhor tem convocado a população a comparecer em Porto Alegre...

É uma mobilização em torno da democracia brasileira. É o reconhecimento também de que, neste momento, a figura do Lula é que viabiliza, pelo seu prestígio, pelas suas políticas sociais, um corte neste processo entreguista que o Brasil está sofrendo. Então, a participação dele no processo eleitoral é muito importante.

TRF4 passa caso de Lula à frente de sete ações

REDAÇÃO
DE SÃO PAULO (SP)

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) passou o julgamento em segunda instância do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 24 de janeiro, à frente de sete outras ações da operação Lava Jato, cujos recursos haviam chegado ao tribunal antes.

O juiz revisor do tribunal em Porto Alegre, Leandro Paulsen, responsável por marcar as datas do julgamento, já tem seis desses processos em mãos. Não há uma regra para definir a ordem cronológica nesses casos, mas os juizes do TRF4 defendem que os processos andem de acordo com a complexidade e o ineditismo de cada um.

A velocidade desproporcional da tramitação para acusações tão complexas levantou questionamentos da defesa de Lula, que pediu a divulgação da lista de ações do tribunal, por data. Os advogados do ex-presidente alegam que há interesses políticos nessa velocidade, uma vez que Lula pretende ser candidato à Presidência nas eleições deste ano.

7 perguntas e respostas sobre o caso Lula

Por Frente Brasil de Juristas pela Democracia

1. Qual é o crime do qual Lula é acusado no caso do tríplex?

Durante todo o processo, os membros do Ministério Público e o juiz tentam demonstrar que o ex-presidente Lula seria dono do tríplex, mas não apresentam provas. Nenhuma testemunha ouvida afirmou qualquer fato que ligue a propriedade do imóvel a Lula, o que ficou confirmado é que ele visitou o apartamento apenas uma vez, nada mais que isso. Mas é preciso entender que o crime não é ter um apartamento, mas receber esse apartamento como vantagem indevida por ter praticado, enquanto funcionário público, um ato de corrupção passiva. O juiz teria que identificar o ato específico do ex-presidente Lula a partir do qual ele receberia uma vantagem, um tríplex, mas ele não consegue identificar que ato foi esse e não tem documentos que comprovem que o apartamento é do ex-presidente.

2. Sem crime, sem provas, como deve agir o TRF4?

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) terá que julgar dentro da legalidade, com respeito à Constituição e aos Códigos de legislação civil e penal e, também, terá que respeitar aquilo que já foi julgado antes. Sendo assim, a única decisão possível, dentro da lei, é a reforma da sentença de 1º grau, revisando os excessos que levaram à condenação do ex-presidente e declarando-o inocente. Caso a decisão do TRF4 seja também condenatória, muitos caminhos poderão ser percorridos para que a justiça seja restabelecida e para que seja garantido o direito de Lula ser candidato à Presidência.

3. O que acontecerá se o TRF4 condenar Lula?

Independentemente de qual seja o resultado do julgamento, Lula continuará a ser candidato à Presidência da República. É importante diferenciar o julgamento em 2º grau e a impugnação da candidatura. Do julgamento, a depender do placar, cabem recursos, embargos infringentes e recursos a tribunais superiores.

Somente no dia 15 de agosto, prazo final para que partidos registrem oficialmente as candidaturas, é que começará a decorrer o prazo para a impugnação. Em resumo: a condenação não o impede de ser candidato, de continuar a campanha como pré-candidato e nem de registrar a candidatura. Somente após decorridos cinco dias do registro da candidatura é que os adversários poderão pedir a impugnação e o rito poderá ou não alcançar o calendário eleitoral.



4. E diante do Tribunal Superior Eleitoral, como o caso segue?

Após decorridos cinco dias do registro da candidatura, os adversários poderão solicitar a impugnação com base na Lei da Ficha Limpa e, então, o TSE deverá realizar um rito próprio, que inclui intimação, respeito à ampla defesa, realização de audiências e análise de provas para decidir se há razões para a impugnação. Especialistas em cálculo eleitoral entendem que, mesmo havendo coesão nos órgãos julgadores quanto à pressa para definir o cenário eleitoral de 2018, os prazos são enxutos entre a decisão (que o tornaria inelegível) e os recursos cabíveis e dificilmente o caso seria julgado antes de outubro. Durante todo esse tempo, Lula deverá permanecer em campanha eleitoral.

5. Lula tem direito de ser candidato?

O processo contra Lula ganha relevância indiscutível não apenas porque ele foi o presidente mais popular da história do país como porque segue sendo o candidato com maior intenção de votos. Uma eventual condenação do ex-presidente em segunda instância poderia permitir um processo de impugnação da candidatura com base na Lei da Ficha Limpa, algo que poderia retirá-lo das eleições e que deflagraria uma revolta popular diante da injusta acusação num processo corrompido por ilegalidades e nulidades. Mas seja qual for o resultado do julgamento do TRF4, se dentro ou fora da legalidade, fato é que há razão ao afirmar que Lula continuará a ser candidato, pois além dos recursos cabíveis perante o TRF4 e os tribunais superiores, ainda há o rito previsto no Superior Tribunal Eleitoral (TSE) para que a candidatura seja impugnada. Em resumo: o povo tem o direito de eleger Lula como chefe máximo da Nação.



6. Estão sendo tomadas medidas internacionais para denunciar a injustiça do processo contra Lula?



Os advogados de defesa do ex-presidente Lula denunciaram ao Comitê de Direitos Humanos da ONU abusos ao devido processo legal, garantias também previstas no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do qual o Brasil é parte. A decisão deverá sair em março de 2018. Independente da decisão, a comunidade internacional vem se manifestando a respeito dos abusos em diversos manifestos nacionais e internacionais.

7. Por que a condenação de Lula tem de ser anulada?

O juiz Sérgio Moro condenou Lula sem nenhuma prova, pelo contrário, a defesa apresentou provas de que Lula é inocente das acusações. Assim, os advogados de Lula apresentaram um recurso ao TRF4 para anular a decisão. Isso porque a sentença de Moro ignora os depoimentos de 73 testemunhas de defesa e de acusação que inocentaram Lula e só leva em conta a palavra de dois réus que já estavam condenados e mudaram seus depoimentos originais. Após isso, esses dois réus foram premiados por Moro com redução de penas. Moro também impediu que a defesa de Lula tivesse acesso a partes importantes do processo, grampeou os telefones do escritório dos advogados do petista e distorceu fatos e depoimentos. Além disso, divulgou – contra a lei – conversas telefônicas de Lula, dona Marisa Letícia e seus filhos; divulgou até telefonema com a presidenta Dilma Rousseff. E, ainda, quando a defesa de Lula questionou as contradições da sentença, pela primeira vez, Moro simplesmente respondeu que não era preciso provar que Lula era o proprietário do triplex nem que a construção e reforma do imóvel tenham sido feitas com recursos desviados da Petrobras. Ou seja, admitiu que Lula foi condenado num processo em que não existe crime. *(por Ricardo Amaral)*

Ilegalidades da Lava Jato

Confira como o processo contra Lula foi marcado por arbitrariedades e incongruências

RAFAEL TATEMOTO
DE BRÁSILIA (DF)



O que ocorreu

1 Condução coercitiva: em março de 2016, Lula foi forçado a prestar depoimento. Policiais tentaram encaminhá-lo à força a Curitiba, mas diante da reação popular, o ex-presidente falou em uma delegacia no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Mais de 200 conduções do tipo foram realizadas pela Lava Jato.



Foto: Lula Marques

2 Vazamento de áudios: também em março de 2016, Moro divulgou ilegalmente áudios de grampos envolvendo Lula, seus familiares e a então presidenta Dilma Rousseff.

3 Grampo de escritório de advocacia: Moro concedeu autorização para que as conversas telefônicas do local de trabalho dos defensores de Lula fossem interceptadas.



4 Competência: Lula foi julgado em Curitiba - berço das investigações sobre a Petrobras - pois as acusações contra ele, feitas por procuradores da República, supostamente envolveriam um esquema de favorecimento na petroleira.

5 Delações: o ex-presidente foi condenado fundamentalmente pelo conteúdo de delações de empreiteiros acusados e condenados pela Lava Jato. Suas versões mudaram ao longo do tempo, passando a citar Lula.



6 Apartamento no Guarujá: o ponto central da acusação e da sentença é de que Lula teria recebido um tríplice no litoral paulista em troca de beneficiar empresas de construção civil em contratos com a Petrobras. O imóvel seria fruto do dinheiro desviado.

O que deveria ter ocorrido

1 O Código de Processo Penal é explícito em determinar que conduções forçadas só podem ser realizadas após intimação prévia que tenha sido desrespeitada. Mas Lula não havia sido intimado ainda.



Foto: Agência Brasil

2 A conversa entre Lula e Dilma foi gravada após o prazo estabelecido pelo próprio Moro. Ou seja, foi feita sem autorização. Além disso, por ter envolvido Dilma, à época presidenta da República, deveria ter sido submetida ao Supremo Tribunal Federal.

3 As conversas entre advogados e clientes são invioláveis, segundo a lei. Moro jamais explicou porque autorizou a gravação. O único caso conhecido no mundo em que algo semelhante ocorreu foi na Espanha, onde o juiz responsável foi afastado de sua função por mais de uma década.



4 Nenhuma relação entre Lula e casos de corrupção na Petrobras foi comprovada pelo Ministério Público Federal. O caso, portanto, sequer deveria ter sido julgado por Moro.

5 Pela lei, os relatos oriundos de colaborações premiadas só podem ser usados como fundamento para sentenças se forem acompanhados e validados por outros elementos de prova, como documentos.



6 Não se apontou como o dinheiro teria sido desviado, nem qualquer relação de Lula com a Petrobras nesse sentido. O mais importante é que a defesa apresentou documentos claros no sentido de que os direitos sobre o imóvel pertencem à Caixa Econômica Federal.

ANÁLISE

Entenda os erros da acusação e da sentença de Moro

A ACUSAÇÃO

A falsa acusação dos procuradores da Lava Jato dizia que Lula teria recebido, da empresa OAS Empreendimentos, um apartamento triplex reformado de 200 metros quadrados, na cidade de Guarujá, supostamente em troca de benefícios concedidos à Construtora OAS (do mesmo grupo) em três contratos com a Petrobras no tempo em que ele foi presidente da República. Por isso, Lula teria cometido crime de corrupção passiva, que ocorre quando um servidor público recebe favores em troca de decisões (atos de ofício) e lavagem de dinheiro.

A VERDADE

1) Lula nunca foi dono do triplex

O que diz a lei: No Direito brasileiro, a propriedade de um imóvel é reconhecida apenas por meio de uma escritura pública registrada no cartório do Registro de Imóveis. Como esse documento não existe, o ex-presidente não é proprietário desse imóvel. É por isso que ele não pode vender, alugar, emprestar ou se mudar para esse apartamento triplex. Como a denúncia dos procuradores era falsa, o juiz Sérgio Moro decidiu que Lula não é proprietário “de direito”, mas sim “proprietário de fato”. Mas, na lei brasileira, a propriedade “de fato” só é reconhecida em casos de posse “mansa e pacífica” por muitos anos, como é o caso dos posseiros rurais e do usucapião. No entanto, Lula nunca passou uma noite sequer no apartamento do Guarujá, só esteve lá de visita uma vez. Assim, ele não pode ser condenado como “posseiro” do que nunca usou.

Os fatos: Em 2005, dona Marisa Letícia adquiriu, a prestações, uma cota da cooperativa habitacional Bancoop que lhe daria direito a adquirir, no futuro, um apartamento comum em um edifício no Guarujá. Em 2009, a Bancoop transferiu este e outros projetos para a empresa OAS Empreendimentos, num acordo aprovado pelo Ministério Público. Em 2014, quando o prédio ficou pronto, o então presidente da OAS, Léo Pinheiro, levou Lula e dona Marisa para conhecer um triplex no edifício, mas não fecharam negócio, nem mesmo depois que foram feitas reformas no apartamento. Em 2015, dona Marisa pediu ressarcimento das parcelas que havia pago na Bancoop, encerrando qualquer negociação. O imóvel sempre esteve registrado em nome da OAS Empreendimentos e foi até dado como garantia de uma operação financeira entre a OAS e a Caixa Econômica Federal.

2) Lula nunca participou de desvios na Petrobras

O que diz a lei: O crime de corrupção do qual o ex-Presidente Lula é acusado só poderia ser cometido, segundo nossas leis, se o ex-Presidente ocupasse um cargo na Petrobras. Em outras palavras, para que alguém seja acusado de corrupção passiva, é preciso que seja servidor público e fique provado que ele recebeu benefícios indevidos em razão da função que ocupava, praticando o chamado “ato de ofício”.

Os fatos: O ex-presidente Lula nunca teve função na Petrobras, e a indicação ou substituição de diretores era atribuição exclusiva do Conselho de Administração da empresa. A lei brasileira é explícita quando diz que a corrupção passiva só é caracterizada quando o funcionário pratica algum ato nitidamente voltado para beneficiar de forma indevida alguém, em troca de dinheiro ou bens. Se Lula não era funcionário da Petrobras e se não assinou nenhum contrato com a empreiteira OAS, como pode ser condenado por corrupção?

Texto baseado em artigo da Frente Brasil de Juristas pela Democracia

Juízes esbanjam salários milionários

RAFAEL TATEMOTO
DE BRASÍLIA (DF)

A questão salarial de magistrados no Brasil é alarmante. Boa parte da categoria recebe acima do teto estabelecido na Constituição, de R\$ 33.763,00. Isso ocorre pois além do salário, eles recebem verbas complementares, como auxílio moradia. O cenário foi constatado por um levantamento do EstadãoDados, que apresenta um quadro de disseminação desses supersalários no Judiciário. O instituto indica que 98% dos magistrados mineiros, por exemplo, ganham acima do teto constitucional. Já em São Paulo, são 56%.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a despesa média com juízes no Brasil é de R\$ 47 milhões por mês. Em âmbito nacional, três a cada quatro juízes estaduais recebem o auxílio para habitação, independentemente do município onde morem.

Com altos salários, as categorias do sistema de Justiça são de difícil acesso e reproduzem desigualdades históricas. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas 15% dos magistrados brasileiros são negros. No rol histórico dos chefes do TJ e do Ministério Público de São Paulo, não há qualquer negro ou mulher. O número destas, segundo Zaffalon, só passou a aumentar no Judiciário paulista após as provas de concurso público para entrar na carreira deixarem de ser identificadas.

Para Armando Boito, professor de Ciência Política da Unicamp, além de defenderem os próprios interesses, no recente cenário político promotores e juízes passaram a ser representantes políticos da alta classe média. Ele defende que a concepção formulada por estes setores em torno do “combate à corrupção” é uma necessidade ideológica, cujo objetivo é justificar sua existência enquanto categoria, e de seus privilégios.

“Ela [atuação] é uma novidade da conjuntura. O Ministério Públi-

co não agia como representante [político] da classe média antes de 2013. Foram as circunstâncias políticas que criaram esse fenômeno”, diz Boito.

98% dos magistrados de MG ganham acima do teto constitucional

O cientista político explica esse mecanismo ideológico. Para ele, ao apontarem políticos e empresários como corruptos - ou seja, apropriadores de recursos públicos -, vejam o fato de que compõe uma categoria que realiza o mesmo, mas de forma legal e respaldada pelas instituições.

O fenômeno é criticado por juristas, que o classificam como uma forma de “captura corporativa”. “Pensando no Judiciário dentro de parâmetros republicanos, não deve haver patrocínio, porque ainda que o processo de captação ideológica não seja simples, ele pode

Empresas financiam eventos luxuosos de juízes

JÚLIA DOLCE
DE SÃO PAULO (SP)

Em tese, o Judiciário é imparcial. No entanto, diante dos posicionamentos deste poder nos últimos tempos, o debate em torno do tema vem crescendo. Um aspecto que impacta essa suposta neutralidade é a influência do poder econômico, principalmente por meio de patrocínio de eventos.

O fenômeno é criticado por juristas, que o classificam como uma forma de “captura corporativa”. “Pensando no Judiciário dentro de parâmetros republicanos, não deve haver patrocínio, porque ainda que o processo de captação ideológica não seja simples, ele pode

acontecer paulatinamente”, avalia Laura Rodrigues Benda, presidenta da Associação de Juízes para a Democracia (AJD) e juíza do trabalho.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução limitando a 30% a doação de empresas a eventos realizados por instituições ligadas ao Judiciário. O órgão recuou depois de juízes pedirem a suspensão da medida no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com Maria Eugênia Trombini, assessora jurídica na organização Terra de Direitos, os possíveis efeitos práticos desta influência são evidentes: “Na maioria dos casos, os interesses privados [de empresas] são favorecidos”.

Quem é funcionário público no Brasil só pode ganhar até R\$ 33 mil de salário, por lei. Mas o valor não inclui benefícios e indenizações, o que gera supersalários, como no caso do Judiciário



Gasto médio com juiz no Brasil:

R\$ 47,7 mil



O valor é 20 vezes superior ao piso dos professores públicos:

R\$ 2.455



O valor equivale a 50 salários mínimos:

R\$ 954

Lava Jato está destruindo a Petrobras

Efeitos da operação na estatal retiraram R\$ 100 bilhões da economia brasileira

RAFAEL TATEMOTO
 DE BRASÍLIA (DF)

A Lava Jato anunciou ter devolvido R\$ 645 milhões – recuperados por meio de investigações – à Petrobras. Desde o início da operação, o total de dinheiro retornado seria de R\$ 1,5 bilhão. As cifras chamam a atenção, mas equivalem a apenas 1% do que a estatal deixou de ganhar por conta da operação.

“Em relação ao que a companhia está reavendo, cabe dizer que, perto do rastro de destruição da indústria brasileira, do emprego e da nossa soberania, esse valor que a Lava Jato está devolvendo é basicamente nada”, destaca o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel. “É preciso, sim, combater a corrupção, mas

sem destruir empregos, nem inviabilizar a indústria nacional”.

Ao ter bloqueado contratos e impedido a continuidade de certas atividades, a Lava Jato tirou cerca de R\$ 140 bilhões da economia brasileira, apenas em 2015. A estimativa foi feita por uma consultoria que avaliou os impactos da operação sobre a cadeia produtiva do petróleo e da construção civil. Em ambos os setores, o investimento caiu cerca de 30%.

Em meados do ano passado, o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Paulo Cayres, contabilizou o impacto da seguinte forma: “A operação prendeu, com provas ou sem provas, muita gente. E o cálculo é simples: cada prisão da Lava Jato sig-

nificou 22 mil postos de trabalho a menos”.

R\$ 1 trilhão

Até 2017, a Petrobras deixou de investir R\$ 49 bilhões por conta dos efeitos da Lava Jato. E as consequências se prolongam: com o fim da operação exclusiva no pré-sal e a isenção de impostos a petrolíferas estrangeiras – consequências indiretas da Lava Jato –, o Brasil deixará de arrecadar R\$ 40 bilhões por ano, o equivalente a R\$ 1 trilhão em 25 anos.

A retirada da Petrobras do pré-sal também significa a entrega de patrimônio nacional a estrangeiros. Um exemplo ocorreu em 2016, quando o campo de Carcará – na bacia de Santos – teve a sua

participação da companhia (65%) vendida a noruegueses por 2,5 bilhões de dólares. A estimativa é de que o local teria reservas equivalentes a 26 bilhões de dólares.

Com as dificuldades impostas à estatal petrolífera, a política de conteúdo nacional – que estipulava que parte do maquinário utilizado na cadeia exploratória deveria ser fabricado no Brasil, garantindo empregos – foi revista e, na prática, inviabilizada.

O impacto, fruto de todo este contexto, é visível: a indústria naval, que vinha se recuperando na última década e chegou a empregar 83 mil pessoas em 2014, demitiu 50 mil trabalhadores nos últimos três anos, deixando vazios alguns estaleiros antes produtivos.



Estatal quer pagar R\$ 10 bi a investidores estadunidenses

Novo desenho de negócios, realizado pela presidência tucana da Petrobras, inclui a venda de diversos setores

O ato mais recente relacionado à Petrobras foi realizado logo no início de 2018. A companhia, sob nova direção desde o golpe contra Dilma Rousseff, anunciou a proposta de entregar R\$ 10 bilhões (ou US\$ 2,95 bilhões) a acionistas dos EUA em troca de encerrar os casos judiciais que lá enfrenta. A FUP questiona o valor e as motivações do atual presidente da estatal, Pedro Parente, responsável por desenhar um novo modelo de negócios que inclui a venda de diversos setores, como a Liquigás.

“Por que a Petrobras está pagando um valor maior do que

aquele que ela mesma reconheceu como desviado pela corrupção? O que aconteceu reforça e fornece mais elementos que aumentam a percepção e geram desconfiças sobre a possibilidade de existência de conflitos de interesse e tráficos de influência na companhia e no seu plano de privatizações”, diz nota da federação.

A proposta de entrega de R\$ 10 bilhões a acionistas, cujo valor é um dos maiores no histórico de processos nos EUA, ainda será avaliada pela Justiça estadunidense.

Globo quer consolidar o golpe impedindo candidatura de Lula

Para Stedile, do MST, a democracia depende de acabar com o oligopólio da emissora



Levante Popular da Juventude escracha a Rede Globo, no Rio de Janeiro, em 1º de abril de 2017

DA REDAÇÃO DE SÃO PAULO (SP)

Maior empresa de comunicação do Brasil, a Rede Globo já teve sua influência questionada em diversos momentos da história. Atualmente, devido à complexa conjuntura, as denúncias sobre o papel político que a Globo exerce cresceram, principalmente sobre a perseguição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“A Globo patrocinou o golpe e quer consolidá-lo impedindo a candidatura do Lula”, critica João Pedro Stedile, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “Só teremos democracia no Brasil quando houver a democratização dos meios de co-

municação”, complementa.

A Rede Globo tem mais da metade da audiência entre as quatro maiores redes da televisão brasileira, e nove veículos entre os 50 maiores meios de comunicação do país, de acordo com o Monitoramento de Propriedade de Mídia, lançado pelo Coletivo Intervenções de Comunicação Social, divulgado em outubro de 2017.

Com o julgamento em segunda instância de Lula no âmbito da Operação Lava Jato, no dia 24 de janeiro, e o foco na candidatura do ex-presidente nas eleições deste ano, as investidas da Globo podem aumentar ainda mais.

Para o jornalista Paulo Henrique Amorim, a Rede Globo tem influenciado os principais eventos políti-

cos dos últimos anos, como o impeachment de Dilma Rousseff. No entanto, ele acredita que o poder da emissora não será suficiente para decidir as eleições presidenciais. “Sem a Globo, não haveria golpe. Mas com ou sem a Globo, Lula será o presidente em 2018, ou elegerá quem indicar”, afirma.

Gleisi Hoffmann, senadora e presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT), avalia que a emissora carioca atua com o intuito de criminalizar o ex-presidente perante a população. “É a Globo, todos os dias, entrando nas casas das pessoas falando que Lula é ladrão, corrupto, chefe de quadrilha. Isso ajudou a formar a opinião pública e também a pressionar o Judiciário”, avalia.

Cobertura na Rede Globo sobre o Lula

Jornal Nacional em oito meses



12h e 52min
notícias
negativas



04h
notícias
consideradas
neutras



00h
notícias
positivas

Fonte: UFRJ. Pesquisa referente ao período dezembro de 2015 e agosto de 2016

Perguntas sobre a Globo que o Judiciário e Ministério Público precisam responder

- Qual o tamanho de dívida da emissora com a Receita Federal? Onde foi parar o processo judicial contra o grupo Globo sumido em 2017?
- Por que empresas ligadas à emissora abriram contas bancárias em paraísos fiscais como Bahamas e Panamá?
- Essas contas serviram para alimentar o esquema milionário de corrupção que, segundo denúncias, envolve a CBF e a Fifa, e pagou propina a cartolas do futebol para assegurar à Globo os direitos de transmissão de campeonatos nacionais e internacionais?



Milhares assinam o manifesto “Eleição sem Lula é fraude”

REDAÇÃO
 DE SÃO PAULO (SP)

Mais de 150 mil pessoas, entre artistas, intelectuais, lideranças de movimentos populares e políticos brasileiros e internacionais assinaram o manifesto “Eleição sem Lula é fraude”.

Leia na íntegra o manifesto:

A tentativa de marcar em tempo recorde para o dia 24 de janeiro a data do julgamento em segunda instância do processo de Lula nada tem de legalidade. Trata-se de um puro ato de perseguição da liderança política mais popular do país. O recurso de recorrer ao expediente espúrio de intervir no processo eleitoral sucede porque o golpe do Impeachment de Dilma não gerou um regime político de estabilidade conservadora por longos anos.

O plano estratégico em curso, depois de afastar Dilma da Presidência da República, retira os direitos dos trabalhadores, ameaça a previdência pública, privatiza a Petrobras, a Eletrobras e os bancos públicos, além de abandonar a política externa ativa e altiva.

A reforma trabalhista e o teto de gastos não atraíram os investimentos externos prometidos, que poderiam sustentar a campanha em 2018 de um governo ali-

O documento denuncia a perseguição política sofrida pelo ex-presidente nos processos da Operação Lava Jato.

Lançado em 19 de dezembro, o texto foi formulado pelo Projeto Brasil Nação e teve a adesão de personalidades brasileiras e estrangeiras.

nhado ao neoliberalismo. Diante da impopularidade, esses setores não conseguiram construir, até o momento, uma candidatura viável à presidência.

Lula cresce nas pesquisas em todos os cenários de primeiro e segundo turno e até pode ganhar em primeiro turno. O cenário de vitória consagrada de Lula significaria o fracasso do golpe, possibilitaria a abertura de um novo ciclo político.

Por isso, a trama de impedir a candidatura de Lula vale tudo: condenação no tribunal de Porto Alegre, instituição do semiparlamentarismo e até adiar as eleições. Nenhuma das ações elencadas está fora de cogitação. Compõem o arsenal de maldades de forças políticas que não prezam a democracia.

Uma perseguição totalmente política, que só será derrotada no terreno da política. Mais que um problema tático ou eleitoral,

O manifesto surgiu após a decisão do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) de marcar para o dia 24 de janeiro o julgamento de Lula na Operação Lava Jato.

Qualquer pessoa pode assinar o documento, que também está disponível no site brasildefato.com.br.

vitória ou derrota nessa luta terá consequências estratégicas e de longo prazo.

O Brasil vive um momento de encruzilhada: ou restauramos os direitos sociais e o Estado Democrático de Direito ou seremos derrotados e assistiremos a definitiva implantação de uma sociedade de capitalismo sem regulações, baseada na superexploração dos trabalhadores. Este tipo de sociedade requer um Estado dotado de instrumentos de Exceção para reprimir as universidades, os intelectuais, os trabalhadores, as mulheres, a juventude, os pobres, os negros. Enfim, todos os explorados e oprimidos que se levantarem contra o novo sistema.

Assim, a questão da perseguição a Lula não diz respeito somente ao PT e à esquerda, mas a todos os cidadãos brasileiros. Como nunca antes em nossa geração de lutadores, o que se encontra em jogo é o futuro da democracia.

Eles e elas assinaram:

Oliver Stone
 cineasta estadunidense



Foto: Getty Images

Noam Chomsky
 linguista e cientista político dos EUA



Foto: Ken Regan/Paris

Raduan Nassar
 escritor



Foto: James Marston/MeiC

Beth Carvalho
 cantora



Foto: Roman Peres

Marilena Chaui
 filósofa



Foto: Beth Sauer

Gregório Duvivier
 ator e escritor



Foto: Marina Wajda

Cristina Kirchner
 ex-presidenta da Argentina



Foto: Presidente da Argentina

Ana Cañas
 cantora



Foto: JH/Imagem

Bete Mendes
 atriz



Foto: Marina Wajda

José Trajano
 jornalista



Foto: JH/Imagem/SPX



Lula, Mano Brown e Chico Buarque após partida de futebol em 23/12/17 durante inauguração do campo Dr. Sócrates Brasileiro, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), centro de formação do MST em Guararema (SP).

AGENDA DE LUTAS

DIVERSAS CIDADES PELO PAÍS

21 a 23 de janeiro

Atos em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato

PORTO ALEGRE

22 de janeiro

9h - Conferência internacional de partidos políticos em apoio a Lula

18h - Ato de juristas em defesa da democracia

Local: Auditório da FETRAPI - Rua Cel Fernando Machado, 820, Centro Histórico

23 de janeiro

9h - Plenária de Mulheres

Local: Auditório da FETRAPI

16h - Ato com concentração na Esquina Democrática e marcha até região do TRF4

23 e 24 de janeiro

Vigília nas proximidades do TRF4

TODAS AS CAPITALS

24 de janeiro

Mobilizações convocadas pela Frente Brasil Popular

poesia

Uma canção para 24 de janeiro

*Onde eles dizem paz,
eu digo Justiça.*

*Onde eles dizem Justiça,
eu digo caça.*

*Onde exibem convicções,
exijo provas.*

*Onde impõem o silêncio,
entoo canções.*

*Enquanto lustram
algemas,
invento caravanas.*

*Onde defendem mercado,
afirmo pátria.*

*Onde dizem casta,
respondo classe.*

*Onde erguem o Tribunal,
convoco a Praça.*

*Onde dizem ordem,
eu digo Liberdade!*

*Não me venham com
crepúsculos,
que chego armado de
auroras
para reacender as cinzas
do nosso vasto coração...*

*Brasília, estação das
chuvas e do plantio, 2017.
Por Pedro Tierra*